

Ecumenismo de serviço

Edilece Souza Couto
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Doutora em História – UNESP
edilece@ufba.br
GP Protestantismos e Pentecostalismos

Em 2008 o movimento ecumênico tem dois bons motivos de comemoração: os 60 anos do Conselho Mundial de Igrejas – CMI e 35 anos da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE. O momento é propício para a análise das ações dessas entidades ecumênicas. Fundado em 1948, com sede em Genebra – Suíça, o CMI, referendado na teologia cristã, visava unir os cristãos, responder às inquietações e desafios dos conflitos mundiais e da nova ordem sócio-econômica e contribuir para a construção de um mundo de paz e justiça. Procurou aliar Evangelho, Igreja e sociedade na luta pelos direitos humanos, libertação das opressões políticas e da exploração sócio-econômica. No Brasil, em 1973, as Igrejas e denominações protestantes e a Igreja Católica Romana criaram a CESE, com o objetivo de apoiar, financiar e acompanhar a execução de projetos de ação social e ajuda aos movimentos populares. Esse trabalho visa traçar algumas considerações sobre a atuação da CESE como entidade ecumênica prestadora de serviço em prol da promoção humana. Porém, torna-se necessário explicitar o que seja ecumenismo de serviço e a sua prática a partir da criação do CMI.

Do ecumenismo eclesial ao de serviço

Os teólogos costumam dividir a história do ecumenismo em etapas. Alguns determinam o início na última década do século XIX. O presbítero católico Elias Wolff (2002, p. 76) toma como ponto de partida o ano de 1903, com a fundação da Aliança Evangélica. Há consenso de que até os anos de 1960 a prática ecumênica tinha como principal característica ser interdenominacional ou interconfessional de Igrejas e denominações protestantes. A segunda fase foi marcada pelo encontro entre protestantes e católicos. Especialmente depois da realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), como destaca o metodista uruguaio Julio de Santa Ana (1987), surgem os movimentos eclesiais, a tomada de consciência latino-americana, a discussão dos problemas sociais e a busca de soluções, além da opção pelos setores populares por parte das Igrejas cristãs.

A formação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC, em 1982, deu início a terceira fase.

Até 1960, na segunda fase do movimento ecumênico, protestantes e católicos tentaram tinham como principais preocupações as rápidas transformações do mundo e a necessidade de desenvolver algumas ações para melhorar as condições de vida dos pobres e oprimidos. Ecumenismo, então, significava o diálogo entre diferentes confissões cristãs, e pode ser considerado oficial, eclesial, institucional ou de cúpula, baseado nos diálogos doutrinários.

Porém, houve uma ampliação desse significado. O ecumenismo saiu do plano teológico para a ação, e por isso denominado de base ou de serviço, realizado a partir de uma prática comum em favor da paz e da justiça para os menos favorecidos da sociedade. Na América Latina, emergiu um movimento ecumênico que discutia e lutava contra a dependência econômica e política, defendia a vida, os direitos humanos e a libertação dos homens de todas as opressões. Voltou-se, portanto, para os problemas, contradições, opções, lutas e esperanças do povo latino-americano.

Mas esses dois aspectos do ecumenismo não são excludentes, pelo contrário, se complementam. As Igrejas cristãs iniciaram o diálogo e as discussões teológicas na busca de soluções para a transformação do homem na sociedade. O ecumenismo eclesial não foi um fenômeno popular, atingiu um pequeno número de participantes dentro das Igrejas. Entretanto, como afirma José Míguez Bonino (1988, p.6), teólogo metodista argentino e ex-presidente do CMI, “Deve-se reconhecer, entretanto, que foi capaz de gerar e dar legitimidade a movimentos ecumênicos que se comprometeram fortemente com as lutas pela justiça e com as organizações populares”.

Por outro lado, as instituições eclesiásticas também evoluíram. E, a partir da década de 1980, terceira fase ainda em vigor, desenvolveu-se o diálogo inter-religioso, ou seja, o encontro entre cristãos e não-cristãos. Na América Latina foi possível realizar o diálogo entre Igrejas cristãs e religiões ameríndias e afro-brasileiras, principalmente no desenvolvimento de projetos e ações sociais para a promoção de grupos de origem indígena e afro-brasileira, ligados ou não às instituições eclesiásticas.

Do proselitismo ao engajamento: Protestantismo, Igreja e Sociedade, segundo o CMI e a CEB

Durante o século XIX o protestantismo missionário, instalado no Brasil, era proselitista e anti-católico. Porém houve uma mudança significativa no decorrer do século XX, especialmente, a partir de 1950. A juventude protestante estava preocupada com a realidade brasileira, com problemas como seca, fome, êxodo rural, migração dos nordestinos empobrecidos para a região Sudeste e trabalho nas fábricas das grandes cidades. Não queria mais viver o Evangelho apenas do ponto de vista espiritual e se afastar do mundo, e sim, pensar, questionar e mudar a realidade social brasileira à luz do Evangelho no plano terreno e social. Era o momento do engajamento.

No entanto, não podemos analisar essa mudança de enfoque na atuação protestante de forma quantitativa, afinal, tratava-se de um grupo minoritário, um setor progressista dentro das tradicionais e conservadoras Igrejas e denominações. Só é possível observar e analisar a importância desses protestantes progressistas do ponto de vista qualitativo. Alguns desses jovens tiveram destaque nas discussões e ações práticas para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e também nas publicações de livros e revistas que destacavam a responsabilidade social da Igreja. Essa era uma das principais preocupações do CMI, desde a sua fundação em 1948.

A repercussão da criação do organismo ecumênico foi imediata, porém a adesão por parte das Igrejas e denominações brasileiras foi um processo lento. Algumas denominações, como a Batista e a Assembléia de Deus, foram hostis por acreditarem que ecumenismo e comunismo eram quase sinônimos e que o movimento ecumênico era mais uma estratégia dos católicos para fazer com que os protestantes voltassem a fazer parte da Igreja Católica. Houve adesões imediatas, como a da Igreja Metodista e outras mais tarde, como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (1950), Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (1966), a Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo (1968). A Igreja Presbiteriana, apesar da atitude ecumênica de muitos dos seus membros e de ter enviado representantes à Assembléia de Amsterdã, não houve filiação.

O fato de algumas instituições eclesásticas brasileiras não estarem diretamente vinculadas ao CMI não impediu que seus membros estivessem presentes nas assembleias internacionais e trouxessem ao Brasil as idéias e propostas nelas debatidas e aprovadas. Um dos mais importantes presbiterianos atentos às recomendações do CMI foi Waldo Cesar. Mas ele não estava sozinho nesse anseio de mudança estrutural na política, economia e sociedade brasileira. Outros jovens, como Rubem Alves, Jovelino Ramos, João Parahyba da Silva, Jaime e Paulo Wright e Joaquim Beato estavam empenhados na busca de soluções para os problemas sociais e engajados nos grupos de

juventude universitária evangélica, a exemplo da União Latino-Americana da Juventude Evangélica – ULAJE, da qual Waldo Cesar foi presidente, e da União Cristã de Estudantes do Brasil – UCEB, organizada por Jorge Cesar Mota. Na Bahia podemos destacar João Dias Araújo, Josué Mello, Áureo Bispo dos Santos, Celso Dourado, Djalma Torres e Enilson Rocha Souza. Essa listagem é incompleta, mas visa à lembrança de alguns alunos dos seminários protestantes e suas vinculações como o missionário presbiteriano norte-americano Richard Shaull.

Com formação em Sociologia e Teologia, Richard Shaull adotou a Teologia Dialética que refletia sobre Deus, os seres humanos e o mundo no contexto da fé. Viveu no Brasil no período de 1952 a 1965, onde desenvolveu um importante trabalho de conscientização política e social dos seus alunos no Seminário Presbiteriano de Sul, em Campinas - SP, no movimento estudantil (especialmente na UCEB), nas assembleias do CMI e no Setor de Responsabilidade Social da Igreja da Confederação Evangélica do Brasil – CEB. A prática ecumênica de Shaull o levou a manter contato com os católicos dominicanos em São Paulo e juntos realizaram estudos bíblicos e debates.

Trago mais referências ao trabalho de Shaull no ensino de Teologia e História da Igreja nos seminários e escolas protestantes no Brasil, mas o seu compromisso com causas sociais rompeu fronteiras. Antes mesmo de viver no Brasil, Shaull viveu na Colômbia, entre 1949 e 1950. Não se conformou em ser apenas professor e optou pelo trabalho de evangelização nos bairros mais pobres de Bogotá e também na zona rural. Auxiliado por jovens evangélicos, promovia pregações, aulas sobre a Bíblia, saúde, agricultura, perfuração de poços de água e alfabetização de adultos. A publicação de artigos nos Estados Unidos sobre perseguições aos protestantes desagradou ao governo e o levaram a se retirar do país (FARIA, 2002, p. 43-50).

As duas experiências latino-americanas fizeram de Richard Shaull um importante aliado do CMI nas propostas de atuação na América Latina. Em 1953 o CMI criou a seção Igreja e Sociedade e em 1955 foi criada, no Brasil, a Comissão de Igreja e Sociedade da CEB. Richard Shaull e Waldo Cesar foram atuantes na Comissão, principalmente na organização e realização de quatro consultas nacionais sobre a realidade brasileira e a responsabilidade dos cristãos na busca de soluções para os principais problemas sócio-econômicos e políticos do país.

A primeira Reunião de Consulta aconteceu ainda em 1955, em Santo Amaro-SP, com o título *Consulta sobre a Responsabilidade Social da Igreja*. O CMI financiou o evento e enviou representantes. Os participantes foram divididos em seis comissões de

estudos, cujos nomes revelam os principais temas debatidos: Orientação e educação dos evangélicos para participação na vida política; A igreja evangélica em face da ação social e política da Igreja Romana; A Igreja em face ao Comunismo; Campos de ação social da Igreja; A igreja e o proletariado industrial; A Igreja e os problemas das zonas rurais.

Das seis comissões, uma chama a nossa atenção: A Igreja Evangélica em face da ação social e política da Igreja Romana. A mesma comissão permaneceu na II Reunião de Consulta, realizada em Campinas-SP, em 1957. No entanto, o relatório não demonstra nenhuma atitude ou comentário onde se possa detectar anticatolicismo. Pelo contrário, há a recomendação de encontros de evangélicos e católicos romanos para o estudo de problemas sociais e políticos comuns. E também está explícito o reconhecimento do trabalho social desempenhado pelos católicos e que os evangélicos deveriam se organizar a semelhança das ordens religiosas femininas católicas. E no que diz respeito à vida rural, recomendavam que as Igrejas devessem obter áreas adequadas para utilização agrícola e dirigirem experiências comunitárias.

Não houve participação de católicos na III Reunião de Estudos, intitulada *Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade*, realizada em 1960, em Santo Amaro-SP. Nos sub-temas seriam discutidos política, economia e cultura brasileira. Vale destacar o tema da conferência do Dr. Robert S. Bilheimer, *As Igrejas no meio da rápida transformação social de nossa época*, antecipação no meio protestante do que seria um dos eixos de discussão no Concílio Vaticano II.

O papa João XXIII lançou, em 1961, a encíclica *Mater et Magistra*, na qual chamava a atenção dos católicos para as rápidas transformações do mundo: as possibilidades ilimitadas da química, a automatização e automação no setor industrial e nos serviços, a modernização do setor agrícola, a diminuição das distâncias nas comunicações com a difusão do rádio e da televisão, o avanço nos sistemas de transporte e a conquista dos espaços interplanetários (MM47). Este documento foi lido e debatido em reunião preparatória para a IV Reunião de Consulta por A. Zimmermann, sob o ponto de vista católico romano, Paul Lehemann, para a análise protestante e Leandro Konder, para o enfoque marxista. Infelizmente, não encontramos nenhum outro escrito sobre essa discussão. No entanto, o encontro demonstra o interesse dos protestantes pelos encaminhamentos do papado para a realização do Concílio, afinal o documento indicava o teor das discussões que seriam realizadas no Vaticano. A escolha dos três debatedores, com formações diferenciadas, também levaria a uma análise mais

abrangente do texto. José Oscar Beozzo (2005, p. 73) afirma que o anúncio do Concílio foi recebido com entusiasmo não apenas entre os católicos, mas também entre grupos de protestantes, como os luteranos de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. A comunidade, formada por teuto-brasileiros luteranos e católicos catequizados por jesuítas alemães, praticava a tolerância religiosa e a cooperação nas atividades sociais. Portanto, esperavam que os conciliares ajudassem a promover a união entre os cristãos.

A IV Reunião de Consulta foi realizada em 1962, na cidade de Recife-PE. Foi a única realizada fora de São Paulo e por isso é mais conhecida como Conferência do Nordeste. O tema foi *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro*. Além das preleções de protestantes sobre as rápidas transformações no mundo, o conteúdo revolucionário do ensino de Jesus sobre o reino de Deus, missão da Igreja na sociedade em crise e responsabilidade social da Igreja, cientistas sociais fizeram conferências sobre a realidade brasileira, a exemplo de Paul Singer que falou sobre “As mudanças sociais da sociedade contemporânea”; Juarez Alves, “Resistências às Transformações sociais no Brasil” e Celso Furtado, “O Nordeste no processo revolucionário brasileiro”.

As Consultas deixaram de acontecer após o golpe militar de 1964. A opressão governamental e teor revolucionário da IV Consulta acirraram as divergências no seio do protestantismo brasileiro. Muitos dos reverendos e estudantes protestantes que tiveram papel ativo nas reuniões foram delatados aos governantes pelas próprias Igrejas e denominações das quais faziam parte, presos e exilados. No entanto, estes quatro eventos tiveram muita repercussão e demonstram o envolvimento dos progressistas no trabalho social e tomada de posição frente aos problemas brasileiros. A partir de 1964 houve um redirecionamento na CEB. Não havia clima para a discussão de temas polêmicos como ocorreu nas quatro consultas. Porém, permaneceu o interesse da entidade pela realização de trabalhos sociais. Assim, centrou esforços no desenvolvimento de projetos comunitários e cooperativistas nas regiões rurais ou na periferia das grandes cidades brasileiras.

Destacamos aqui cinco projetos executados pela CEB com recursos do CMI: Projeto Gurupi, no Maranhão, que tinha como principal objetivo adquirir terras devolutas para a fixação de populações rurais da região Nordeste; dois projetos de desenvolvimento agrícola em Apodi-RN e Propriá-SE, formados por meio de cooperativas que deveriam realizar o treinamento profissional dos agricultores e transmissão de conhecimentos técnicos sobre cultivo, proteção das colheitas e

fertilização da terra; Serviço de Integração do Imigrante – SIM, desenvolvido em Feira de Santana-Ba, cidade localizada à margem da rodovia Rio-Bahia, o que a tornava atrativa para os nordestinos em busca de oportunidades de trabalho na região Sudeste. O objetivo era recepcionar os imigrantes que estavam de passagem e dar apoio e assistência médico-sanitária, educação, documentação, capacitação profissional e colocação no mercado de trabalho àqueles que permaneciam na cidade; Projeto Serra Negra, organizado a partir de uma cooperativa agrária localizada no bairro de Serra Negra, município de Machado-MG. Pretendia-se desenvolver um programa de melhoria da produtividade da pecuária leiteira por meio do uso de inovadora técnica de inseminação artificial com sêmen selecionado.

O ecumenismo de serviço da CESE

No início dos anos 1970, o CMI e a CEB não estavam satisfeitos com a ajuda intereclesial praticada até aquele momento no Brasil. Os projetos citados acima eram criticados por se caracterizarem como propostas ambiciosas que acabavam por criar dependência das comunidades assistidas em relação às Igrejas e agências financiadoras. Por isso, em 1972, realizaram em Salvador-Ba uma reunião denominada “Consulta sobre Ajuda Inter-eclesial Norte/Nordeste” a fim de analisar e aperfeiçoar o sistema de ajuda institucional, técnica e financeira aos projetos sociais. Participaram do encontro os membros de quatro Igrejas vinculadas ao CMI: Metodista, Luterana, Episcopal e Pentecostal “O Brasil para Cristo”, das agências internacionais de cooperação ecumênica, como a Central Evangélica Alemã – EZE, o secretário para a América Latina do CMI, Rev. João Parahyba da Silva, o representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, dom Avelar Brandão Vilella, técnicos de órgãos governamentais (SUDENE e SUVALE) e da Universidade Federal da Bahia - UFBA, dirigentes de projetos de ação social e o Coordenador Executivo do Projeto Gurupi Enilson Rocha Souza.

É importante ressaltar que ao contrário das Consultas anteriores, a Consulta de Salvador contou com a participação de seis delegados, entre padres, bispo e arcebispo. Além do arcebispo dom Avelar Brandão Vilella, estavam presentes dom Mário Teixeira Gurgel, bispo de Minas Gerais, dois representantes do Centro de Estudos e Ação Social - CEAS – o jesuíta Cláudio Perani e o Pe. Julio de Laura – o Pe. Domingos Puljiz, da

Cooperativa Camurujim em Proprià-SE, e o Pe. Felix Neefjes, Secretário Regional da CNBB Nordeste III.

Ao estabelecer uma filosofia para as ações sociais que deveriam ser desenvolvidas pelas Igrejas, os participantes da Consulta de Salvador, imbuídos dos ideais das Reuniões de Consulta promovidas pela CEB, pelo Concílio Vaticano II e pela II Conferência Episcopal Latino-Americana – CELAM (Medellín, 1968), reafirmavam que “Cristo é o libertador do homem do pecado e de todas as conseqüências” e que a missão das Igrejas cristãs era promover a “evangelização libertadora” a fim de alcançar a promoção do homem e a humanização das estruturas. Na caminhada ecumênica, mais do que a unidade entre os cristãos, desejava-se englobar as diferentes formas de organização popular.

Na conclusão da Consulta, os participantes recomendaram a criação de uma Comissão Ecumênica para o exame dos projetos até aquele momento apoiados e também realizar o acompanhamento na implantação e no desenvolvimento das novas propostas, assim como sua avaliação de desempenho. A nova instituição deveria estar localizada no Nordeste. Assim, em 13 de junho de 1973 foi fundada a Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, presidida pelo bispo metodista Sady Machado da Silva e tendo como vice-presidente o bispo católico Cláudio Hummes.

Existiam pelo menos dois grandes desafios: desenvolver uma nova política de ajuda e promover a autonomia da nova entidade. Era preciso fazer com que a CESE não fosse uma mera transmissora de fundos, buscasse a flexibilidade no uso dos recursos externos para viabilizar o apoio aos projetos de pequeno porte e com pouca regularidade, iniciar a coleta de fundos no próprio país e descobrir e auxiliar projetos que não dependessem de financiamentos.

As Igrejas e denominações protestantes e a Igreja Católica Romana passavam por mudanças significativas. Pelo menos nas alas progressistas, havia uma nova forma de encarar a salvação. O objetivo primordial deixava de ser escatológico. Considerava-se necessário salvar o corpo e a alma, libertar os homens da pobreza, injustiça e opressão. Num mundo marcado pela corrida armamentista e, em especial na América Latina, pela ditadura militar, as Igrejas tinham preocupação constante com segurança, paz, direito à vida e liberdade. E o papel da CESE, nesse contexto, era exatamente contribuir para a promoção do homem no seu meio social.

A CESE tinha duas prioridades na ajuda aos projetos. A primeira de caráter esporádico, não criava vínculos duradores, significava atender às emergências de uma determinada comunidade em situação limite ou necessidade inesperada – apoio aos flagelados, famintos, grupos vítimas de atentados ou outra forma de violência. A segunda é caracterizada por “apoio a projetos inseridos numa luta maior de conquista de liberdade dos povos, em todos os sentidos”, como esclarecia a proposta de seu primeiro boletim. Esta ajuda visava promover a união e a organização dos menos favorecidos para que juntos encontrassem saídas comuns para as suas dificuldades. Costumava manter uma relação permanente com a entidade e viabilizar intercâmbio e acompanhamento sistemático.

O ecumenismo de serviço está no próprio nome da CESE, mas para compreendermos melhor seus objetivos e o trabalho por ela realizado, destacamos o artigo 4º, capítulo II, do seu estatuto, o qual estabelece que a entidade “[...] tem a finalidade de estudar, pesquisar, assistir, avaliar, promover e coordenar projetos destinados à promoção da vida integral do homem na sociedade, nos moldes da fé cristã, em todo o território nacional, especialmente no Norte e Nordeste do Brasil sem discriminação social, econômica, religiosa ou racial”. A CESE, seguindo as diretrizes do CMI e das antigas consultas realizadas pela CEB, deu continuidade à organização de consultas para debater a problemática da ajuda, os problemas sociais brasileiros e, ao mesmo tempo, avaliar erros e acertos dos programas e projetos por ela apoiados e executados. E também participava da organização e realização de consultas de maior abrangência, como as que eram propostas para discutir questões da América Latina, normalmente eram reuniões preparatórias para as assembleias gerais do CMI.

Durante toda a década de 1970, a CESE, juntamente com o CMI, procurou desenvolver atividades e ações relacionadas à defesa dos Direitos Humanos. Era um momento difícil em função da ditadura militar, abusos e torturas aos opositores do regime, muitas vezes membros dos setores progressistas das Igrejas brasileiras. Porém, a defesa dos direitos humanos, justiça e paz não estava dirigida apenas aos presos políticos, mas também aos trabalhadores, pobres e marginalizados. A primeira ação da CESE, em 1973, foi a elaboração e divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A publicação, numa edição de trezentos mil exemplares, trazia o texto oficial e, para cada um dos artigos, a inclusão de versículos bíblicos, declarações de concílios e autoridades católicas e protestantes.

Uma década depois, em 1983, A CESE realizou a “Consulta sobre Fome e Seca no Nordeste”, marco importante sua história porque, além dos trabalhos de ação educativa e da conscientização dos direitos humanos e trabalhistas desempenhados junto com os Centros de Defesa dos direitos Humanos e Comissões de Justiça e Paz, ganhou impulso o apoio aos pequenos projetos. A realidade nordestina exigia o auxílio na geração de renda: construção de bodegas comunitárias, casas de farinha, instalação de poços, limpeza e manutenção de açudes, distribuição de alimentos e remédios, etc.

Ao longo de 35 anos, a CESE tem colaborado para a efetivação de iniciativas populares, com ênfase na defesa dos direitos civis, econômicos, políticos, sociais, culturais e religiosos dos brasileiros, tendo concedido financiamento, acompanhamento e avaliação de projetos de direitos humanos, questão agrária, melhoria da vida urbana, direitos à igualdade étnica, de gênero e à diversidade religiosa. A entidade passou a se engajar também em ações que envolvem questões ambientais, como projetos de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente. O suporte a cerca de 3000 projetos a credencia como uma das principais organizações do gênero no Brasil e na América Latina.

Fontes do Arquivo CESE:

ATA 51 da 5ª reunião de preparação da IV Reunião de estudos sobre a responsabilidade social da Igreja. Maço IV Reunião. Comissão de Igreja e Sociedade, São Paulo: CEB, 02/12/1961.

DOCUMENTO A Ajuda Inter-Eclesiástica no Brasil: Encontro Ecumênico de Salvador. Rio de Janeiro: CEI, 1972.

ESTATUTO da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Rio de Janeiro: CEI, documento 49, ago. 1973.

O COMPROMISSO Ecumênico com os Direitos Humanos. Salvador-Ba: CESE, Fast Design, 2003.

Proposta do 1º Boletim CESE. Salvador-Ba: CESE, 1987.

Referências bibliográficas:

BONINO, José Míguez. Dor e esperança. In: **Revista Tempo e Presença.** 1988.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965).** São Paulo: Paulinas, 2005.

FARIA, Eduardo Galasso. **Fé e Compromisso:** Richard Shaull e a Teologia no Brasil. São Paulo: ASTE, 2002.

SANTA ANA, Julio de. **Ecumenismo e Libertação.** Petrópolis: Vozes, 1987.

WOLFF, Elias. **Caminhos do ecumenismo no Brasil.** São Paulo: Paulus, 2002.